



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

33ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho

Brasília, 29 de Junho de 2015.

Esplanada dos Ministérios |Bloco F| sala 902| Brasília – DF

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

DATA: 29 de Junho de 2015

LOCAL: Esplanada dos Ministérios - Ministério da Previdência Social, Anexo F, Sala 902

ATA

33ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho

Participantes:

Governo

- Jorge Mesquita Huet Machado – MS
- Marco Antônio Gomes Pérez - MPS
- Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira – MTE
- Terezinha Reis de Sousa Maciel – MS
- Rinaldo Marinho da Costa Lima – MTE
- Sonia Maria José Bombardi – Fundacentro
- Josierton Cruz Bezerra – INSS

Empregadores

- José Luiz Pedro de Barros – SESI
- Jovenilson Alves de Sousa – CNT
- Eduardo Batista de Queiroz – CNA
- Luis Sérgio Soares Mamari - CNC

Secretariado

- Silvana Rodrigues MPS

Trabalhadores

- Armando Henrique – FS
- Eduardo Lírio Guterra – CUT
- Luis Antonio Festino – NCST

- Walcir Prevital Bruno – CUT
- Plínio José Pavão de Carvalho – CUT
- Cleonice Caetano Souza – UGT

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e quinze teve início a 33ª Reunião da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho sob a coordenação inicialmente do Sr. Jorge Mesquita Huet Machado (MS). Registre-se que nessa oportunidade, o Sr. Jorge Mesquita Huet Machado (MS) destacou que a primeira atividade dessa reunião será passar a coordenação desta Comissão ao Ministério da Previdência Social, uma vez que o Ministério da Saúde cumpriu o seu ano de mandato. Dito isto, ele solicitou aos membros presentes que fizessem uma breve apresentação. Após apresentação dos membros, o Sr. Jorge Mesquita Huet Machado (MS) passou a coordenação da CT SST ao representante do Ministério da Previdência Social, isto é, ao Diretor do Departamento de Políticas, Saúde e Segurança do Trabalho do Ministério da Previdência Social, o Sr. Marco Antônio Gomes Pérez.

ABERTURA: O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) cumprimentou a todos e, deu por iniciada a reunião.

APROVAÇÃO DA PAUTA DA 33ª R.O. DA CT-SST

O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS): colocou em aprovação a pauta da 33ª R.O. da CT-SST. Atendendo solicitação do Sr. Armando Henrique (Força Sindical), o coordenador da CT SST propôs o acréscimo de mais um informe na pauta sobre a Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE. A pauta foi aprovada com esse acréscimo.

APROVAÇÃO DA ATA DA 32ª R.O. CT-SST

Colocada em apreciação e votação, a Ata da 32ª Reunião foi submetida aos membros da CT SST, sendo aprovada por Unanimidade dos presentes.

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANSAT

O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) ressaltou que o Plano Nacional de Segurança de Saúde do Trabalho/Plansat passa pelo processo de revisão há mais de um ano e até o presente momento o processo não foi concluído. A seguir, ele passou a palavra para a bancada dos trabalhadores que foi justamente por um óbice da citada bancada que a reunião

anterior havia sido interrompida. O Sr. Armando Henrique (Força Sindical) registrou que a bancada dos trabalhadores não é contra a metodologia, como também não há oposição ao conjunto que vem sendo tratado, entretanto é preciso fazer uma releitura dos encaminhamentos e, por questões temporais foi proposta que, fosse suspensa temporariamente a discussão da reforma do Plansat e, após isso, também houve uma deliberação interna da Central (CUT). Sobre a deliberação interna da Central acerca do Plansat fez uso da palavra, o Sr. Walcir Previtale (CUT), momento em que oficiou o pedido de suspensão do processo de revisão do Plano Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho, pois enquanto bancada, ela precisa de um maior aprofundamento. Disse que o Decreto 7.602/2011, assinado pela presidenta Dilma Rousseff, se baseia em convenções internacionais da OIT, no qual várias delas citadas inclusive na Política - PNSST, o Brasil é signatário, no entanto o Brasil não é signatário da convenção 187, que é um marco promocional relativa à saúde dos trabalhadores, mas o preâmbulo da política nacional que fala da convenção 155 e, nesse caso, surgem os desdobramentos, assim sendo a bancada dos trabalhadores detectou lacunas na própria revisão do Plansat, por esse motivo a sua Bancada sugere implementar as convenções da OIT, que são base da Política Nacional e, por consequência, também é base do Plansat. E, ainda, o entendimento do Plansat, isto é, o Plano Nacional, ele é parte integrante da política nacional, portanto é imprescindível ter alguns capítulos com um olhar mais aprofundado. Em seguida, ele apresentou uma proposta, ou seja, elencar no Plansat algumas prioridades fundamentais na citada revisão, principalmente em ter um olhar na Estratégia 5.2 que estabelece: “Disponibilização de Acesso da Sociedade às Informações em SST”, a Bancada dos Trabalhadores entende que essa estratégia é fundamental para nortear a PNSST e Plansat. Ele disse que o Plansat atual tem condições assim como, o governo tem condições de dar sequência às ações, não só no que diz respeito ao anuário estatístico, contudo para além do anuário estatístico, como uma prioridade para discutir na comissão tripartite. A seguir, ele citou as estratégias: 1.4; 2.3; como prioridades também da sua Bancada, por fim, ele disse ser importante e necessário aprofundar o debate das estratégias elencadas na Comissão Tripartite, porque os princípios da política nacional, eles já estão dados e é oportuno avançar na questão da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras no país a partir da Política Nacional, com todas as previsões colocadas, tanto na PNSST quanto no Plansat. Novamente com a palavra, o Sr. Armando Henrique (FS) afirmou que a atual proposta, no entendimento da prerrogativa da coordenação CT SST em suspendendo a reforma, o Plansat atual não para, mas isso requer no mínimo alterar o calendário e nessa alteração e aplicação do Plansat em vigor é que a sua bancada coloca a observação de que seja algo prioritário. O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) colocou a matéria em discussão. O Sr. José Luiz Pedro de Barros

(FIRJAN) fez uso da palavra e, solicitou que o governo se manifestasse acerca da proposição feita pela Bancada dos Trabalhadores. O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) teceu considerações acerca do Plansat e, disse que o governo verificou que já são desenvolvidas uma série de ações no âmbito dos Ministérios da Previdência Social, Trabalho e Emprego e Saúde e que elas vão exatamente ao encontro aos objetivos e estratégias do Plansat, quer dizer, o Plansat, ele vem sendo executado não na sua totalidade, mas em boa parte no que diz respeito a seus objetivos e estratégias dentro da programação de cada Ministério. Dito isso, ele afirmou ser conveniente essa Comissão avaliar, não propriamente a revisão do próprio Plansat, mas sim, o que os Ministérios vêm de fato executando naquilo que é diretriz da política, ou seja, os objetivos e estratégias da Política Nacional da Segurança e Saúde do Trabalho. Disse, ainda, que na reunião prévia da Bancada do Governo, ela definiu como importante, que a comissão deve e tem o papel de acompanhar, sugerir, propor naquilo que os Ministérios estão fazendo de fato, assim sendo, a sua Bancada decidiu que seria mais proveitoso para essa Comissão fazer uma análise daquilo que já está previsto no PLANSAT em questão, visto que já existe um plano publicado com uma série de objetivos e estratégias e o que está sendo feito de fato, mas não necessariamente no formato das ações do Plansat. O Sr. José Luiz Pedro de Barros (FIRJAN) solicitou um tempo, a fim de estudar a proposta apresentada pela Bancada dos Trabalhadores. Tempo concedido pelo Coordenador dessa reunião. Após breve intervalo, o Sr. José Luiz Pedro de Barros (FIRJAN) consignou ser importante deixar claro, que todo processo de construção em que há partes envolvidas e com visões diferentes, faz-se necessário respeitar todos os posicionamentos e todas as visões, dessa forma, não há nada a questionar a posição da Bancada dos Trabalhadores com relação à sua forma de ver e de rever o processo em questão, entretanto é bom lembrar que essa discussão da forma como vinha, começou no domínio desta Comissão quando se iniciou os itens, bem como as proposituras de revisão do Plansat e, ainda, foi deliberado que fosse feito um subgrupo para se dar dinâmica à discussão, ocorreram várias reuniões, as quais foram reuniões em que o debate esteve presente e houve muitos avanços e esses avanços foram devidamente registrados em Ata, assim sendo, a sua Bancada não entende que, após exaustivos debates e consensos, chegar neste momento tão próximo e não se aprovar as duas propostas de revisão. Dito isso, ele solicitou que as Bancadas: Trabalhadores e Governo que encaminhassem formalmente qual o posicionamento; quais as pretensões da bancada dos trabalhadores com relação à suspensão de revisão do Plansat, claro que foi dito alguns pontos, mas ele precisa receber isso mais estruturado, saber exatamente o que está se pensando com relação a isso e de igual forma o governo. O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) enfatizou que a proposta do governo não foi fazer uma revisão desde o começo, mas sim, concordar com a

suspensão temporária, isto é, não dispensar o material já produzido. A preocupação da Bancada de Governo é que existe um processo em curso que está moroso de revisão do Plansat, independentemente de criticar o processo, mas em sua opinião, as ações em saúde e segurança do trabalhador que estão sendo executadas pelos três Ministérios, elas estão sendo feitas “à revelia” dessa Comissão e, em sua visão, as ações desenvolvidas pelos Ministérios que compõem essa Comissão devem passar pelo crivo dela, além disso, ele destacou ser importante pautar o que está sendo executado na esfera dos citados Ministérios. O Sr. Jorge Mesquita Huet Machado (MS) disse que o adiamento de revisão do Plansat não é propor nova metodologia, mas sim, suspender um processo solicitado pela Bancada dos Trabalhadores por não visualizar a evolução dessa revisão de forma satisfatória. Em sua opinião, o processo de revisão, ele não está todo perdido, apenas um adiamento que permita analisar melhor as ações de adequação do Plansat em relação ação institucional. O Sr. José Luiz Pedro de Barros (SESI) disse ser indispensável não menosprezar o que já foi feito por essa comissão e sugeriu receber formalmente os pontos apresentados pela Bancada dos Trabalhadores. Após ouvir as manifestações de alguns membros da Comissão, o Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) deu o seguinte encaminhamento a matéria em questão: a revisão do Plansat não está cancelada e, sim, adiada. O Sr. Eduardo Lírio Guterra (CUT) teceu algumas considerações e, afirmou: Existe um tempo antes da próxima reunião, o que oportunizará um debate, para tanto, é preciso reagrupar, sentar, rediscutir pontos elencados nessa oportunidade. Concluído o debate, definiu-se constar em Ata que as bancadas se manifestem em enviar a todos os membros da comissão as ações desenvolvidas através de planilhas detalhadas por cada um dos Ministérios que compõem essa Comissão no que diz respeito ao Plansat. Em seguida, o Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) falou sobre o objetivo 4 que trata da adoção de medidas especiais para atividades laborais submetidas a alto risco de doenças e acidentes de trabalho. Ele também falou da estratégia que compõe o citado objetivo, logo, criação e aperfeiçoamento pelos três Ministérios de um conjunto de listas de agentes nocivos de fatores de risco responsáveis pela elevada incidência, prevalência e agravo da saúde do trabalhador. Foi feita a Portaria nº 9 que é uma ação interministerial, publicada em outubro/2014, a Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos - LINACH, algumas estratégias foram cumpridas, às vezes não necessariamente no formato da ação que está no Plansat, mas elas vêm sendo executadas no formato das ações que estão previstas no planejamento de cada Ministério, o que em sua opinião dificulta expressar a ação que está sendo realizada, uma vez que o formato das ações do Plansat não são exatamente iguais, ao formato das ações dos Ministérios, por exemplo, capacitação e educação continuada em segurança e saúde do trabalho, uma das estratégias desse objetivo era inclusão de

132 conhecimentos básicos em prevenção de acidentes e saúde e segurança do trabalho no currículo
133 do ensino fundamental e médio da rede pública e privada, foram feitas oficinas em São Paulo na
134 Fundacentro, oficina com 40 pessoas que teve a participação do Ministério da Educação - MEC,
135 educadores. Igualmente, o Ministério da Previdência Social tem um programa de Educação
136 Previdenciária que também pode incluir conteúdos das questões de saúde da previdência
137 acidentária, acidentes do trabalho e doenças relacionadas ao trabalho na planilha ora analisada.
138 Ele também falou que o Ministério da Saúde realizou a IV Conferência da Saúde do Trabalhador e
139 o enfoque dado nessa oportunidade com relação à inclusão de todos os trabalhadores. Ele falou
140 das ações desenvolvidas pelo Ministério da Previdência Social que também vai ao encontro do
141 objetivo 4. Destacou: A Elaboração e aprovação de dispositivos legais adotando princípios
142 comuns de saúde e segurança do trabalhador para todos os trabalhadores; a regulamentação do
143 trabalho das domésticas; do Plano de Inclusão Previdenciária; do Programa de
144 Microempreendedores Individuais que vêm trazendo para formalidade e incluindo no rol da saúde
145 e segurança do trabalho todos os trabalhadores. Por fim, ele falou a respeito da ação
146 desenvolvida por uma comissão formada por membros do Conselho Nacional de Dirigentes de
147 Previdência do Serviço Público - CONAPREV, não no formato do Plansat, mas é uma ação. A
148 seguir, fez uso da palavra, o Sr. Benedito Adalberto Brunca (Secretário de Políticas da
149 Previdência Social/MPS), momento em que explicou toda a dinâmica do Conaprev e também a
150 criação de uma comissão exatamente para poder trazer à luz dados a respeito da questão da
151 saúde do trabalhador no serviço público e, das informações elencadas, ter elementos para poder
152 avaliar o impacto dessa ação no âmbito da proteção dos trabalhadores no serviço público que
153 somam dez milhões de trabalhadores vinculados ao regime próprio de Previdência Social.
154 Enfatizou que mais importante do que discutir a questão do conteúdo, até porque ele não está
155 exaustivo, não está completo, seria discutir a estrutura, porque a idéia é colocar qual é o objetivo e
156 a estratégia e cada Ministério colocar as ações que estão sendo realizadas em consonância com
157 aquilo que o Plansat está estabelecendo, e na medida em que o Plansat está sendo
158 acompanhado ou observado, nessa coluna, tentar trazer os dados necessários e quando tiver
159 muita informação pode até ser colocado como um anexo para não ficar um registro que tenha um
160 aspecto longo. O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) teceu mais algumas
161 considerações sobre a eficácia do uso da Planilha apresentada e após questionar os membros
162 dessa Comissão, a Planilha foi aprovada. O Sr. Armando Henrique (FS) disse que nessa
163 discussão ora posta, é indispensável ver a questão do e-Social, bem como que contribuição ele
164 pode dar ao Plansat. O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) disse que se
165 compromete fazer um resumo e anexar os documentos referentes ao e-Social, visto que ele

166 contempla um pouco a parte da visibilidade à saúde do trabalhador. São dois Ministérios
167 envolvidos no e-Social, o da Previdência Social e do Trabalho e Emprego e mais essa Comissão.
168 Na continuidade, o Sr. Walcir Previtalle (CUT) falou que a metodologia adotada no Plansat, em sua
169 opinião, esta correta porque dá um panorama geral do que está sendo feito junto às bases e com
170 os trabalhadores, porque tem que se mostrar a existência de uma política nacional e de um Plano,
171 que está sendo efetivamente aplicado, entretanto, ele abre um parêntese que objetiva poder
172 refletir sobre o que diz a política e o que diz a função dessa comissão. Ele fez um apelo, que
173 todas as ações desenvolvidas sejam repassadas, sobretudo aquilo que dialoga com a saúde dos
174 trabalhadores e das trabalhadoras desse país. Ele também disse que atualmente o ponto crítico é
175 o e-Social, portanto urge reunir numa base eletrônica, mesmo com os problemas de origem
176 existentes, principalmente quando se falar da saúde do trabalhador, porque os trabalhadores e a
177 sua representação tem que estar inserida nesse processo. Ele falou também sobre a reivindicação
178 feita ao Ministério do Trabalho e Emprego, protocolada formalmente no dia nove de junho de
179 2015, que as bases solicitam ter informações que não se encontram e que não estão batendo,
180 pois em uma apresentação sobre e-Social em São Paulo foi dito que a CAT – Comunicação de
181 Acidente de Trabalho acaba e as bases precisam ter certeza da veracidade das informações.
182 Outrossim, vale destacar que o e-Social é um instrumento importante, essa comissão tem que ter
183 alguma apresentação, como que vai se dar a participação dos trabalhadores e seus
184 representantes, se não fica uma comissão homologadora que passa ao largo dela. O Sr. Marco
185 Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) esclareceu que a CAT vai continuar, o e-Social não
186 muda regra nenhuma, ele é só uma ferramenta, não muda Lei, não muda Portaria, ele é só uma
187 ferramenta de informática que vai ajudar agilizar, sistematizar e, assim, ter informações online. A
188 CAT está informatizada no formato eletrônico do e-Social. Em seguida, o Sr. Marco Antônio
189 Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) colocou o item 5 da pauta, logo, Relatório. O Sr. Jorge
190 Mesquita Huet Machado (MS) consignou em detalhes todo o formato do Relatório, a princípio ele
191 não tem um título definitivo, ele está como “Gestão do Exercício 2014/2015”. Destacou, ainda, que
192 é preciso fechar introdução; sumário; contextualização; atividades realizadas no período; estrutura
193 e anexo dos documentos; anexo das atas e se comprometeu em circular o esboço do relatório no
194 mês julho, objetivando a sua implementação. O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez
195 (DPSSO/SPPS/MPS) falou que está sendo finalizado relatório pelo MS e enviado aos membros da
196 comissão e, inclusive é importante que os membros leiam, sugiram, critiquem, coloquem o que
197 está faltando e contribuam para a elaboração do relatório, a fim de que o mesmo seja aprovado na
198 próxima reunião dessa Comissão. Dito isso, ele passou para os Informes.

200 **INFORMES**

201 O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) destacou que o Informe sobre a
202 Pesquisa Nacional da Saúde, realizada pelo IBGE merecia ser ponto de pauta de discussão na
203 esfera dessa Comissão. O Sr. Armando Henrique (FS) fez o seguinte informe: *“Como nós*
204 *estamos nesse momento construindo base de dados, de repente me chamou a atenção os*
205 *números que foram apresentados que são muito, mas muito superior aos oficiais que nós temos*
206 *hoje e como é a primeira pesquisa do IBGE e ele consultou algumas fontes oficiais que é o*
207 *Ministério da Saúde; Trabalho e Previdência, mas também pesquisou, salvo engano, em campo e*
208 *eu acredito que isso pode ser incorporado para a gente como uma fonte importante de dados para*
209 *o nosso trabalho até porque o IBGE tem o trabalho reconhecido e tem essa abrangência que eu*
210 *acho que é mais ampliado do que a que nós dispomos até hoje, isso que me chamou a atenção”.*

211
212 **ENCAMINHAMENTOS DADOS AOS INFORMES:** aprofundar sobre a questão da Pesquisa do
213 IBGE, convidar representantes do IBGE e Fiocruz para esclarecer a questão da citada pesquisa,
214 se necessário for, convocar uma reunião extraordinária. O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez
215 (DPSSO/SPPS/MPS) informou que nos dias 6,7, 8 de maio/2015; o Ministério da Previdência
216 Social esteve presente no Congresso Iberoamericano de Prevenção de Riscos Ocupacionais,
217 promovido pela Organização Iberoamericana de Seguridade Social ocorrido na cidade de Buenos
218 Aires/Argentina. Também informou sobre a publicação da Portaria renomeado os integrantes
219 desta comissão; republicar: atualização dos nomes; O Sr. Eduardo Lírio Guterra (CUT) sugeriu
220 que o governo pensasse em uma campanha nacional do uso de cinto de segurança. A Sra.
221 Cleonice Caetano Souza (UGT) colocou o seguinte: *“Só para meu conhecimento, sobre esses*
222 *índices dos acidentes de trabalho se nós temos também um panorama do adoecimento quanto à*
223 *questão psicológica que todos esses acidentes, inclusive os de trajeto, vem cometendo no nosso*
224 *dia a dia, porque sempre após um acidente, o retorno ao ambiente de trabalho, a questão do*
225 *afastamento, toda aquela pressão que nós sabemos que existe, se nós temos alguma discussão*
226 *sobre a questão psicológica, o adoecimento psicológico, e também em todas as categorias, os*
227 *assaltos que acontecem nos bancos, mesmo no comércio e que tem dado muito afastamento e*
228 *muitas questões psicológicas que a gente vem acontecendo, gostaria de saber se nós temos esse*
229 *índice ou se vamos estar em determinado momento abrindo essa discussão.”* O Sr. Sr. Luiz
230 Antonio Festino (NCST) citou a questão da Oficina paralela: cinto de segurança: transporte de
231 passageiro; Contribuição com base na inconstitucionalidade Moção; laudo técnico. A Sra. Sonia
232 Maria José Bombardi (Fundacentro/MTE) solicitou a reativação dos subgrupos técnicos. O Sr.
233 Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS), informou que o Ministério da Previdência

234 Social está elaborando uma pesquisa em parceria com alguns pesquisadores da Universidade
235 Federal da Bahia sobre acidentes de trânsito e previdência.

236

237 **DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO DA CT-SST**

238 17/09/2015, na cidade de Brasília.

239

240 **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nenhuma manifestação, O Sr. Marco Antônio Gomes
241 Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.